



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

### ATA

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência Pública, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, composta pelos Vereadores **ONIVALDO BARRIS** – Presidente, **MÁRIO SÉRGIO VERRI** - Vice-Presidente, e **CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA** –Membro. A fim de dar início à Prestação de Contas referente ao 3º Quadrimestre de 2021, às 15 horas do dia 22 de fevereiro de 2022, o Presidente Onivaldo Barris cumprimentou a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ) presente, em nome dos senhores Orlando Chiqueto, Secretário Municipal de Fazenda; Gilvane de Almeida Braga, Superintendente; Claudinei Braz da Silva, Diretor de Orçamento; e Nádia da Rocha Ferreira, Contadora. Acompanharam a Audiência Pública de Prestação de Contas, em partes ou em sua totalidade, os vereadores Onivaldo Barris, Mário Verri, Cristian Maia da Silva, Alex Chaves, Ana Lúcia Rodrigues, Delegado Luiz Alves, Flávio Mantovani e Paulo Biazon. O Presidente destacou que a realização da presente Audiência Pública havia sido amplamente divulgada à comunidade, a fim de ensejar a todos os interessados a devida participação. Entretanto, dada a atual conjuntura do enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus COVID-19, ele informou que a apresentação poderia ser acompanhada pelo público em geral em tempo real, pelos meios eletrônicos da CMM (*site* oficial, páginas do *Facebook* e do *YouTube*), com a possibilidade de envio de questionamentos a estes canais oficiais. Em seguida, o senhor Orlando Chiqueto iniciou sua fala, agradecendo aos servidores e aos demais presentes pelo comparecimento ao evento e destacando que os dados que em seguida seriam apresentados eram referentes ao 3º quadrimestre de 2021. Ele declarou que seu objetivo era o de ensejar o melhor entendimento por parte da população acerca da administração dos recursos públicos no Município. Assim, o senhor Secretário explicou que a exposição estava dividida em cinco partes: receitas, despesas, resultados, índices legais e uma breve análise da gestão fiscal do Município. Em seguida, passou a expor, em *slides*, os dados referentes a esta Audiência Pública, os quais estão disponíveis nos anexos denominados "Relatório Audiência (0247676)" e "Relatório Slides 3QUAD (0248027)", e podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo processo de nº 22.0.000000639-8. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no *Site* da Câmara Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Informações Administrativas > Publicações > Audiências Públicas > Audiência Pública - 3º Quadrimestre de 2021 (Link: <http://transparencia.cmm.net:8090/portaltransparencia/publicacoes>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>. Ao término da apresentação de *slides*, ele se colocou à disposição para responder aos questionamentos dos vereadores e dos demais interessados. Designado por Onivaldo Barris para secretariar os trabalhos a partir deste momento, o Vice-Presidente da CFO, Mário Verri, abriu as inscrições aos vereadores que desejassem fazer o uso da palavra para solicitar esclarecimentos ou realizar considerações acerca do tema desta Audiência. Com a palavra, o vereador Alex Chaves comentou que, acompanhando de perto a gestão municipal, desde que assumira a liderança do Prefeito Municipal nesta Casa de Leis, é sempre satisfatório receber o Orçamento. Durante este período, ele informou que o Poder Executivo Municipal sempre esclareceu a ele que os Orçamentos seguiam uma linha conservadora, com foco em honrar as despesas e otimizar a arrecadação. Segundo o vereador, assim é possível manter as contas e as certidões em dia, além de cumprir as metas e vencer obstáculos que eram problemas históricos em gestões anteriores. Ele comentou que em breve haverá reajuste para os servidores municipais, e, sendo assim, indagou ao senhor Secretário como as contas de Maringá se comportarão com esta nova despesa. Em resposta, Orlando Chiqueto disse que a proposta feita pelo Gabinete do Prefeito Municipal ao SISMMAR - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de

Maringá é exequível, visto que já foi amplamente estudada e consta no Orçamento aprovado no ano passado por esta Casa de Leis. O reajuste citado é uma forma de valorizar os servidores, concedendo, no mínimo, a reposição da inflação, de modo a evitar a perda de seu poder aquisitivo. Ele destacou que, pelo fato de os servidores municipais terem muito trabalhado no período de enfrentamento à pandemia, a fim de que o Município saísse mais rápido desta situação, o Poder Executivo gostaria de conceder melhor reajuste, mas a necessidade de responsabilidade fiscal e o risco de ultrapassar o índice de gasto com pessoal são impeditivos para isso, visto que o repasse para o fundo financeiro do Maringá Previdência está incluso no cálculo deste índice. O Secretário Municipal de Fazenda esclareceu que os cálculos acerca desse dado, apresentados na ocasião da Audiência Pública, foram realizados por um atuário contratado pela Maringá Previdência, e que estas projeções são feitas anualmente. Assim, o Orçamento é elaborado com base nesses números, visto que os repasses citados impactam no índice de gasto com pessoal. Portanto, ele explicou que o reajuste concedido foi determinado com responsabilidade e visando à segurança financeira dos envolvidos. Com a palavra, a vereadora Ana Lúcia Rodrigues destacou a Audiência Pública corrente como uma oportunidade de executar uma das principais funções do Poder Legislativo que é a fiscalização do Poder Executivo. Ela disse entender a rigidez do Orçamento e o cuidado no momento de conceder benefícios e reajustes aos servidores, mas destacou que estes são o coração do serviço público quando valorizados. Como membra da Comissão Extraordinária Permanente da Comissão de Educação da Câmara de Maringá, a vereadora frisou que os servidores da Educação têm a garantia constitucional de 25% de reajuste. Além disso, há a obrigatoriedade de investimento de determinada porcentagem em Educação. Entretanto, os limites impostos do índice de despesa com pessoal e a responsabilidade fiscal impedem que o recurso seja utilizado para as remunerações de pessoal, de forma indiscriminada. Ana Lúcia, sobre o aumento concedido pelo Presidente da República aos professores para R\$ 3.845,63, indagou como o Município estaria recepcionando esta determinação. Em resposta, o senhor Orlando Chiqueto explicou que a determinação de aumento não foi acompanhada de contrapartida financeira da União para o cumprimento de tal compromisso. Sendo assim, os Municípios terão de se sacrificar ao usar parte da receita própria para honrar este aumento. No caso de Maringá, a reposição da inflação oferecida aos professores permitirá que os salários fiquem acima do piso em comento a partir de março do corrente ano. Ele destacou que uma das preocupações da Secretaria Municipal de Fazenda é a Justiça Fiscal, de forma que não haja aumento real de imposto e que o tributo alcance a todos na mesma proporção, com a devida otimização da fiscalização. Orlando Chiqueto disse que o Município de Maringá faz parte da Frente Nacional dos Prefeitos e que este tema é recorrente nos grupos de discussão, destacando que nosso Município é um oásis em meio a outros que não serão capazes de arrecadar o suficiente para realizar os investimentos e reajustes obrigatórios. Segundo o senhor Secretário, seria interessante que os municípios tivessem maior autonomia no que tange à legislação tributária, visto que a capacidade financeira e orçamentária de cada um varia muito, para que seja cumprida uma única disposição nacional. Com a palavra, o vereador Flávio Mantovani comentou que parte da população não compreende a vinculação de determinados recursos a áreas específicas como lazer e cultura, por exemplo. Ele informou que produziu um vídeo a respeito do Orçamento Público com esses esclarecimentos, sendo este um dever dos vereadores, segundo Flávio Mantovani. Sobre os repasses dos governos Federal e Estadual, ele disse ter dificuldades para encontrar o dado sobre o valor que o Município arrecada em tributos repassados para Estado e União, e os valores que retornam a Maringá. Como exemplo, ele citou o IPVA, que volta para os cofres do Município em 50% do total arrecadado por este. Em resposta, o senhor Secretário admitiu a complexidade dos demais tributos quanto à porcentagem recebida pelo Município. Como exemplo, ele citou o ICMS, que não é medido por um único percentual no cálculo do valor que irá retornar ao Município: todo o recurso arrecadado em ICMS vai para um caixa único, no Estado do Paraná, o qual redistribui esses valores de acordo com uma série de variáveis, quais sejam, a população, área do Município, área rural, áreas de proteção ambiental, etc. Orlando Chiqueto esclareceu que a Administração Pública Municipal vem trabalhando de forma a melhorar estas variáveis para otimizar o valor do repasse deste tributo. Também em função do sigilo fiscal, é difícil ter acesso a números exatos acerca do pagamento deste tributo por parte das empresas maringaenses. Mas ainda assim, o Município estuda e monitora esses números para identificar alguma distorção na arrecadação, sendo possível, inclusive, efetuar denúncias à Receita Estadual para que esta notifique as empresas para que retifiquem estas obrigações acessórias. Com a palavra, o vereador Paulo Biazon comentou sobre a informação acerca da dificuldade do reajuste para todas as categorias de servidores por causa dos limites do índice de gasto com pessoal. Entretanto, segundo ele, a Prefeitura Municipal sinalizou a realização de novo concurso público. Assim, o vereador indagou se essas contratações não iriam prejudicar o orçamento. Em resposta, Orlando Chiqueto explicou que é necessário observar o número de vagas para cada cargo, e que a Prefeitura Municipal tem a obrigação de contratar os aprovados somente dentro do

número de vagas, até o final da validade do concurso. Quando vencida a validade, é realizado novo concurso, como é o caso da necessidade de contratação de novos contadores. Além disso, o senhor Secretário esclareceu que a necessidade de novos servidores aumenta conforme a cidade cresce em habitantes, quantidade de empresas etc., visto que surge a demanda de mais serviços públicos como postos de saúde, escolas etc. Com o crescimento do Município, ele explicou que a arrecadação também aumenta, e, por isso, as contas ficam balanceadas. Mais uma vez, ele destacou que o aumento do gasto com pessoal sem novas contratações ocorre em Maringá devido ao aporte para o Maringá Previdência, que continuará por mais 74 anos. Orlando Chiqueto também esclarece que, na necessidade de novas contratações, a Secretaria Municipal de Fazenda recebe o processo de consulta e os contadores fazem uma análise prévia do impacto de tais contratações no índice de gasto com pessoal. Com a palavra, o vereador Mário Verri comentou que este ano há previsão de revisão de cargos e salários, a qual está atrasada. Assim, indagou qual era a posição da Secretaria Municipal de Fazenda a respeito disso. Outra pergunta foi acerca de uma declaração do Prefeito Municipal sobre a liberação de R\$ 20.000.000,00 para cirurgias eletivas, valor que ainda não fora repassado. Em resposta, o senhor Secretário afirmou que, quando a atual gestão assumiu a administração em 2017, encontrou procedimentos de trabalho nos quais a Secretaria Municipal de Recursos Humanos solicitava permissão à Secretaria Municipal de Fazenda sobre promoção, progressão, quinquênio, revisão de cargos e salários etc. Já após o início da atual gestão, consolidou-se o entendimento de que tais concessões aos servidores devem ser feitas independentemente de quaisquer fatores. Assim, este passivo sempre será reconhecido e o compromisso com os servidores será honrado. A cada elaboração de Orçamento, a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, juntamente com a Secretaria Municipal de Fazenda, realiza as análises e estudos de modo a incluir tais previsões. Sobre o repasse pra a Secretaria Municipal de Saúde, ele esclareceu que, sempre há solicitação de suplementação orçamentária, esta é realizada dentro dos limites já planejados anteriormente, como a utilização de parte do superávit, dentre outros recursos. Segundo ele, não há atrasos, a menos que haja algum entrave técnico na Secretaria Municipal de Saúde. Sem mais questionamentos a serem respondidos, tanto dos vereadores quanto do público em geral de forma remota ou presencial, o Secretário Municipal de Fazenda agradeceu aos presentes e aos que acompanharam o evento, colocando a si mesmo e sua equipe à disposição para maiores esclarecimentos. Com a palavra, o Presidente da CFO agradeceu à Secretaria Municipal de Fazenda pela apresentação e pelo esclarecimento das dúvidas, além dos demais presentes pelo acompanhamento desta prestação de contas. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 16h36min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 3º Quadrimestre de 2021, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2021** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>.

**ONIVALDO BARRIS**

Presidente

**MÁRIO SÉRGIO VERRI**

Vice-Presidente

**CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA (MANINHO)**

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo Barris, Vereador**, em 25/02/2022, às 11:13, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Marcos Maia da Silva, Vereador**, em 25/02/2022, às 11:35, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Mário Sérgio Verri, Vereador**, em 02/03/2022, às 08:10, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0248081** e o código CRC **DE998392**.